



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681149 - BA (2021/0224991-8)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : GENOFFREI SANDERSON VIEIRA DE ALMEIDA
ADVOGADO : GÊNOFFREI SANDERSON VIEIRA DE ALMEIDA - BA044242
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE : ANTONIO AGLAILSON FERREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANTONIO AGLAILSON FERREIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (n. 8016166-24.2021.8.05.0000).

O paciente foi preso preventivamente pela prática, em tese, do crime de homicídio.

O impetrante sustenta que a decisão que decretou a preventiva fundamentou-se na gravidade abstrata do delito e não se baseou nos requisitos autorizadores do art. 312 do CPP. Afirmo, ainda, que é indispensável, no caso concreto, que se fundamente acerca da insuficiência das medidas cautelares.

Requer, liminarmente, a substituição da preventiva por medidas cautelares diversas da prisão. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente